

FINANÇAS

orçamento

Comissão aprova lei orçamentária

BRASÍLIA — A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem o substitutivo do projeto de lei de diretrizes orçamentárias que servirá de base para a preparação do orçamento da União para 1991. Pelo texto aprovado, a União terá de investir, no âmbito do orçamento fiscal, 15% da receita líquida de impostos. Esses recursos, que corresponderiam a US\$ 2,5 bilhões (cerca de Cr\$ 130 bilhões) se fosse considerada a receita estimada para este ano, serão cobertos pela redução das despesas com pessoal e custeio. O projeto prevê a utilização dos recursos provenientes da venda de Certificados de Privatização em investimentos. O projeto será votado agora no plenário do Congresso.

Os integrantes da comissão alteraram o projeto de lei de diretrizes orçamentárias do governo na parte que trata das operações oficiais de crédito. A mensagem do Executivo limitava os recursos dessas operações à média do total utilizado no quinquênio 1985/1989, atualizado pelo índice oficial de inflação. No texto aprovado, as empresas estatais e sociedades que atuam nos setores de transportes, energia e telecomunicações poderão exceder aquele limite em até 10%. A preocupação com os investimentos em infra-estrutura foi determinada, em parte, pelo fato de o projeto do governo não prever a realização de investimentos. “É preciso que o governo garanta o mínimo de investimento nos setores básicos”, argumentou o relator e autor do substitutivo, senador José Richa (PSDB-PR).

O governo vai continuar financiando no ano que vem as entidades de previdência privada ligadas à administração federal. A comissão mista aprovou a retirada do texto do substitutivo de um artigo que limitava a participação da União ao número de empregados participantes de cada plano de benefício mas, diante da resistência de seus colegas

parlamentares, Richa acabou cedendo.

DÍVIDAS

Ao contrário de sua posição inicial, o relator aceitou duas emendas que retiraram do texto a proibição dos financiamentos da União para as dívidas externas dos Estados e municípios que vencem em 1991, e o repasse para os Estados e municípios de “eventuais benefícios” que o governo obtenha nas negociações com os credores externos. “É melhor que a dívida dos Estados e municípios seja tratada no orçamento da União”, sustentou Richa. O orçamento da União para 1991 deve ser enviado até agosto ao Congresso, junto com o Plano Plurianual de 1991/1995.

O deputado Eduardo Jorge (PT/SP) conseguiu que fosse incluída no substitutivo a obrigatoriedade de o orçamento da seguridade social reservar 30% dos recursos para o investimento em saúde, até que seja aprovado o projeto de lei orgânica do setor que tramita na Câmara dos Deputados.

As despesas com custeio administrativo e operacional, incluindo as de pessoal e encargos sociais,

União poderá ter de investir 15% da receita em 1991

terão como limite máximo, em 1991, 90% do valor dos créditos orçamentários correspondentes ao orçamento deste ano, corrigidos pela variação entre a média do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de 1991 e a de 1990. As despesas com diárias relativas a trabalho fora da sede, passagens e despesas com locomoção para trabalhar fora da sede e gastos com consultoria de qualquer espécie estarão limitadas a 85% das realizadas este ano. Para a locação de mão-de-obra o limite será de 70% do despendido este ano, e 50% nos gastos com propaganda e publicidade e prêmios.